

O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)

Pese embora a democratização que vários Estados europeus foram conhecendo ao longo do século XIX, a actividade diplomática permaneceu um monopólio das classes aristocráticas até à primeira guerra mundial. Numa época em que as conexões dinásticas eram ainda um elemento a ter em conta nas políticas de alianças das potências europeias, era natural que as transacções diplomáticas fossem conduzidas por indivíduos recrutados nas fileiras de uma classe cosmopolita como a nobreza titulada. A este respeito, uma pequena monarquia como Portugal não constituiu excepção à regra, conforme se pode constatar por uma consulta rápida aos anuários diplomáticos publicados pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros a partir de finais do século XIX¹.

Com a revolução republicana de 1910, porém, a composição social do corpo diplomático conheceu alterações significativas. A seguir a uma primeira vaga de demissões verificada logo após a queda da Casa de Bragança, o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi sendo renovado por iniciativa do poder político, ora através de «purgas» selectivas (em escala modesta, diga-se), ora através da admissão de elementos da confiança do novo regime. No entanto, isso não significa que a carreira diplomática tenha perdido o seu carácter elitista. Em virtude da modéstia dos meios canalizados para a actividade diplomática, a República viu-se forçada a recrutar os seus representantes no estrangeiro entre figuras ligadas à «burguesia argentária»² ou, em

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Nos dois últimos anos de vida da monarquia, 11 das 16 legações portuguesas eram chefiadas por titulares, pares do Reino e antigos ministros [cf. *Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), *Portugal da Monarquia para a República* (coord. de A. H. de Oliveira Marques), vol. xi, Lisboa, Presença, 1991, p. 348].

² É assim que A. H. de Oliveira Marques os classifica em *ob. cit.*, p. 348.

alternativa, a manter nos seus postos um número razoável de funcionários herdados do regime monárquico.

Neste artigo propomo-nos caracterizar este corpo de elite do Estado português entre 1926 e 1974, ou seja, o período compreendido entre o fim da I República e a revolução de Abril. Numa primeira parte descrevemos a política dos governos republicanos em relação ao MNE e o impacto do golpe do 28 de Maio de 1926 no aparato diplomático. Numa segunda parte abordamos a forma como os governos da ditadura militar e, sobretudo, do Estado Novo procuraram redefinir os critérios de selecção do pessoal diplomático e o seu respectivo estatuto. Seguidamente, e com base numa recolha de dados biográficos, traçamos um perfil sócio-político do corpo diplomático no período em apreço. Numa última secção examinamos o modo de relacionamento entre o regime de Salazar e o MNE, traçando, sempre que possível, um paralelo com outras ditaduras europeias (Espanha franquista, Itália fascista e Alemanha nazi).

Antes de passarmos à exposição propriamente dita, uma breve nota metodológica. Em virtude do elevado número de diplomatas que se encontraram no activo entre 1926 e 1974 (mais de 500), a nossa abordagem teve de se restringir à camada superior do corpo diplomático, ou seja, aos funcionários que atingiram as categoriais que lhes permitiam chefiar uma missão no estrangeiro (ministros de 1.^a e 2.^a classe e embaixadores, incluindo os de nomeação política). Significa isto que o presente estudo se cinge a um universo inferior a 200 indivíduos, todos eles admitidos na carreira antes de 1960. Em termos de fontes, e porque a desclassificação dos processos individuais do MNE obedece a regras mais rigorosas do que a restante documentação, recorremos sobretudo aos anuários do MNE para o período de 1926-1973, a alguns núcleos documentais dos Arquivos Histórico-Diplomático do MNE e Oliveira Salazar nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, bem como a alguma literatura de cariz memorialístico.

O CORPO DIPLOMÁTICO SOB A I REPÚBLICA

O aparato diplomático que os governos saídos do golpe militar do 28 de Maio herdaram em 1926 é uma estrutura relativamente pequena (35 diplomatas no estrangeiro e 100 em Lisboa), desmoralizada e minada por dissensões internas — aliás, à semelhança do que sucedia com o resto da administração pública na fase final da I República.

A convivência entre o regime republicano e um corpo de Estado tradicionalmente fechado, elitista, e onde pontificavam várias figuras da nobreza titulada, fora tudo menos fácil. Aos olhos dos homens que fizeram o 5 de Outubro, os diplomatas eram uma casta à parte que se ocupava de funções

predominantemente protocolares e, como tal, de utilidade muito duvidosa³. Numa Europa ainda dominada por monarquias, o reconhecimento internacional do novo regime adivinhava-se difícil e os dirigentes do governo provisório temiam que esse processo pudesse ser sabotado «por dentro», ou seja, por elementos que colocariam a lealdade aos Braganças acima da lealdade às instituições republicanas. Alguns funcionários de carreira anteciparam-se a uma possível depuração e pediram eles próprios a demissão, mas a renovação decisiva do MNE ocorreria apenas em 1912, no rescaldo das «incurções monárquicas» junto à fronteira com a Espanha. A República emergiu vitoriosa dessa sua primeira prova de fogo e os responsáveis republicanos ganharam confiança para acelerarem a remodelação dos Negócios Estrangeiros. Entre os diplomatas demitidos após 1911-1912 destacam-se os nomes dos condes de Tovar (Madrid), Selir (Rio de Janeiro), Paraty (Viena) e Sousa Rosa (Paris), os viscondes de Pindela (Berlim) e Santo Tirso (Bruxelas) e o marquês de Soveral (Londres) — o que mostra bem até que ponto a nobreza titulada monopolizava os postos-chave da diplomacia portuguesa.

À imagem do que sucedeu com outras áreas governativas, as primeiras medidas tomadas pela República em relação ao MNE pautavam-se pelas melhores intenções: a Lei Orgânica de Maio de 1911 trazia como principais novidades uma aposta forte na «diplomacia económica» (expansão da rede consular, iniciativas de apoio aos exportadores portugueses) e a introdução de exames e concursos para o ingresso e progressão na carreira diplomática.

Infelizmente, e por vicissitudes várias, o regime republicano ficou muito aquém das suas promessas. Por um lado, a fortíssima instabilidade política que caracterizou a sua curta história, pontuada por crises governativas constantes, bem como a própria conjuntura internacional (advento da Grande Guerra e suas consequências), estava longe de ser favorável à prossecução de uma política externa consistente. Por outro lado, a psicose dos responsáveis republicanos em relação aos «complôs monárquicos» impediu que o escol diplomático fosse recrutado em função de critérios essencialmente meritocráticos. O recurso a «embaixadores políticos» foi uma constante — entre 1910 e 1926 os principais postos da política externa (Madrid, Paris, Londres, Berlim, Rio de Janeiro) foram invariavelmente confiados a figuras republicanas bem conhecidas (Manuel Teixeira Gomes, João Chagas, Norton de Matos, Duarte Leite, Augusto de Vasconcelos, entre outros). Quem folheie os anuários diplomáticos desta época verificará que um número significativo de antigos jornalistas e publicistas republicanos (a maior parte dos quais oriundos de jornais mais «militantes», como o *Mundo* e o *Século*) foi

³ V. Lei Orgânica de 1911 (26 de Maio de 1911), com preâmbulo de Bernardino Machado.

admitido no MNE, sendo muitos deles colocados nos novos postos consulares criados após a Lei Orgânica de 1911.

De referir também que em alguns momentos críticos da história do regime, como 1915 e 1919, as purgas tornaram-se habituais no MNE e que depois da «revolução democrática» do 15 de Maio de 1915 uma comissão de separação de funcionários ao serviço do Estado foi incumbida de passar a pente fino as listas de nomeação de diplomatas com vista a aferir as preferências de cada um em relação à «questão do regime».

Assim, até 1926, o corpo diplomático raramente permaneceu incólume às querelas partidárias e aos escândalos que agitaram a I República, em especial nos anos posteriores à intervenção de Portugal na Grande Guerra. Na imprensa republicana mais extremista era frequente lerem-se apelos à demissão de um ou outro funcionário, sempre a pretexto das suas simpatias monárquicas. Em 1921, um homem ligado ao Partido Republicano Popular, o diplomata Alberto da Veiga Simões, foi nomeado ministro dos Estrangeiros do executivo saído da «Noite Sangrenta» e a sua controversa passagem pelo poder (dois meses) exacerbou ainda mais os antagonismos e rivalidades dentro do MNE. Após essa curta experiência governativa, Veiga Simões viu serem-lhe instaurados dois processos disciplinares na sequência de denúncias feitas por subordinados seus e os pormenores algo sórdidos do caso (que envolviam insinuações sobre a sua conduta sexual menos ortodoxa) foram abertamente discutidos no parlamento e na imprensa lisboeta⁴. Em 1925-1926, o prestígio dos diplomatas de carreira seria ainda abalado pelo envolvimento do ministro português na Haia, António Bandeira, no escândalo de Alves dos Reis e do Banco Angola e Metrópole⁵. Por tudo isto, não é de admirar que o colapso do regime republicano tenha sido recebido com uma expectativa benévola por parte da maioria dos funcionários do MNE.

RECRUTAMENTO, PROGRESSÃO NA CARREIRA E ESTATUTO DOS DIPLOMATAS

Sucedem, porém, que após o 28 de Maio de 1926 alguns anos teriam ainda de passar até que as novas coordenadas políticas se reflectissem de forma duradoura no Palácio das Necessidades. De facto, o que o movimento militar inaugura é o derrube violento da I República por uma coligação de forças muito heterogênea, ao qual se seguiu uma intensa luta política pela definição

⁴ Sobre estes processos instaurados a Veiga Simões, cf. o estudo de Lina Madeira, *Alberto Veiga Simões: Esboço Biográfico*, Coimbra, Quarteto, 2002.

⁵ Cf. Francisco Teixeira da Mota, *Alves dos Reis. Uma História Portuguesa*, Lisboa, Contexto/Público, 1996.

de uma nova ordem constitucional — luta essa que só viria a conhecer o seu desfecho em 1933. A indefinição que caracterizou os primeiros anos da ditadura militar dificilmente poderia ser propícia à adopção de um rumo coerente para a diplomacia (veja-se, por exemplo, a tentativa falhada de obtenção de um «grande empréstimo» junto da Sociedade das Nações em 1927-1928). Entre 1926 e 1930, o Palácio das Necessidades conheceu oito ministros com orientações ideológicas bastante distintas (desde monárquicos integralistas, como Trindade Coelho, a republicanos conservadores, como Óscar Carmona e Bettencourt Rodrigues), mas, curiosamente, foram poucas as mexidas de vulto operadas nas representações portuguesas no estrangeiro. Os embaixadores em Londres e Paris (Norton de Matos e António Fonseca) foram imediatamente substituídos por dois oficiais afectos à ditadura militar (o general Garcia Rosado e o comandante de marinha Armando da Gama Ochoa), alguns funcionários colocados na «prateleira» foram também reabilitados, mas nenhum governo ganhou fôlego para realizar um «movimento diplomático» de grandes dimensões.

O predomínio de uma sensibilidade mais conservadora só começa a fazer-se sentir a partir de meados de 1929, com a ascensão do monárquico Luís Teixeira de Sampaio ao cargo de secretário-geral do MNE. Sampaio, um funcionário admitido em 1896 como simples amanuense, sem estudos superiores, mas com uma sólida cultura histórica adquirida em longas temporadas no arquivo do Ministério, vira a sua carreira marcar passo durante a República e fora inclusivamente colocado na disponibilidade após o consulado sidonista. A sua sorte começou a mudar com o advento da ditadura: em Dezembro de 1926 é promovido a ministro de 2.^a classe e em 1929 o integralista Trindade Coelho nomeia-o secretário-geral. A partir de então, Sampaio torna-se uma figura indispensável para todos os ministros dos Negócios Estrangeiros, não apenas para a gestão quotidiana do MNE, mas, inclusivamente, para a própria orientação da política externa (e tudo isto sem nunca ter servido em qualquer posto no estrangeiro). Quando Salazar ascende à Presidência do Conselho de Ministros, em Abril de 1932, é a Sampaio que recorre para se familiarizar com as linhas mestras da política externa portuguesa e as grandes questões internacionais. O secretário-geral guia-o nos meandros da diplomacia e torna-se o seu «braço oculto» no Palácio das Necessidades (tão íntima se tornou a colaboração entre ambos que alguém um dia a descreveu como o «eixo Santa Comba-Cartaxo», numa alusão às terras natais de Salazar e Sampaio)⁶.

⁶ Sobre Luís Teixeira de Sampaio, v. o prefácio de José Calvet de Magalhães aos seus *Estudos Históricos*, Lisboa, MNE, 1984, Pedro Aires Oliveira, «Sampaio, Luís Teixeira de», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coords.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 876-877, e Bernardo Futscher Pereira, «Sampayo, Luís Teixeira de», suplemento ao *Dicionário de História de Portugal* (dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica), vol. IX, Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 392-395.

No que concerne à organização dos serviços e ao estatuto da carreira diplomática, é por volta de 1929-1930 que os governos saídos do golpe militar mostram desejo de mexerem no *status quo* herdado da República. Em 1929, o ministro Quintão Meireles faz aprovar uma nova lei orgânica (que no essencial se limitava a compilar e unificar a legislação produzida desde 1911), seguida de um regulamento para admissão à carreira diplomática e consular. Cinco anos depois, e já em pleno «Estado Novo», o MNE seria objecto de mais duas reorganizações, uma sob a égide de Caeiro da Matta (1934) e outra durante o polémico consulado de Armindo Monteiro (1935). Esta última iria, aliás, criar um ambiente de profundo mal-estar entre os funcionários do MNE ao instituir um severíssimo regime de sanções disciplinares (o decreto ficou conhecido nos corredores das Necessidades como o «regulamento penal e disciplinar do MNE»). O facto de Armindo Monteiro ter passado por cima do todo-poderoso Teixeira de Sampaio no processo de redacção do diploma explicará a sua curta vigência. Em finais de 1938, já com Monteiro afastado e Salazar a dirigir as Necessidades, o MNE seria dotado de nova lei orgânica (o Decreto-Lei n.º 29 219, de 30 de Dezembro de 1938). Saído do punho do presidente do Conselho (assessorado pelo inevitável Sampaio), o diploma permaneceria em vigor, com algumas alterações pontuais, até finais de 1966.

Em relação ao tema que nos interessa, quais as principais linhas do decreto de Salazar?

Um primeiro dado a reter é a dimensão muito reduzida do aparato diplomático: o quadro diplomático e consular compreendia apenas 136 lugares, havendo vários postos por preencher. Portugal não tinha, por exemplo, legações em países como o Eire, Jugoslávia, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Turquia, Grécia, URSS e várias repúblicas sul-americanas. Uma situação que se explica não apenas por razões de ordem política (casos da União Soviética ou do México, por exemplo), mas sobretudo pela exiguidade dos recursos que o Estado tinha à disposição para expandir a sua rede de missões diplomáticas.

A carreira estava dividida em dois corpos: um diplomático e outro consular (uma estrutura bipartida comum a muitos ministérios europeus, aliás), o que implicava uma especialização de funções por quem optasse por um deles, embora estivesse prevista a possibilidade de os cónsules ascenderem ao posto de ministro de 1.ª classe e chefiarem uma legação ou embaixada.

A lei orgânica de Salazar anunciava também um novo regime de acesso à carreira diplomática, que seria regulamentado no ano seguinte⁷. Seguindo a tradição inaugurada pela República, os diplomatas continuavam a ser recru-

tados mediante um concurso público. Podiam apresentar-se a esse concurso cidadãos do sexo masculino com mais de 21 anos e menos de 35, habilitados com uma licenciatura em Direito, Economia ou Histórico-Filosóficas, munidos dos respectivos certificados de robustez física e dispostos a assinarem as declarações de anticomunismo, fidelidade à ordem constitucional estabelecida, bem como o compromisso de honra de que não pertenciam (nem jamais viriam a pertencer) a «associações secretas» — o que, no contexto dos anos 30, era geralmente interpretado como uma referência à maçonaria.

As provas desdobravam-se num exame com uma componente escrita e oral e incidiam sobre temas de história diplomática, direito internacional, geografia política, economia e política económica e princípios gerais de contabilidade pública. Aparentemente, este exame não proporcionava ao regime um meio eficaz de aferir as preferências políticas do candidato, que podia perfeitamente guardá-las para si e redigir respostas «politicamente correctas». Mas o facto de existir um período probatório de dois anos antes da nomeação definitiva, bem como uma consulta obrigatória aos ficheiros da PIDE, sempre garantia alguma filtragem. Em relação às licenciaturas admitidas, os regimes pós-28 de Maio afastaram-se da República ao definirem cursos obrigatórios para o acesso à carreira. Dos três possíveis, havia uma clara preferência pelos licenciados em Direito e Ciências Económicas. Os professores que integravam o júri pertenciam às faculdades de direito e ao ISCEF e as provas incidiam maioritariamente sobre questões jurídicas e económicas. Além disso, legislação posterior veio permitir que o governo, em caso de urgência ou quebra do número de candidatos a concurso, pudesse dispensar de provas os licenciados em Direito e Economia com uma classificação mínima de 14 valores. De resto, vários testemunhos aludem a um certo preconceito contra os candidatos formados em humanidades: havia dúvidas quanto à sua preparação de base e, sobretudo nas décadas de 40 e 50, o curso de Histórico-Filosóficas (um dos bastiões do MUD-Juvenil no termo da segunda guerra mundial) era visto como «politicamente suspeito»⁸.

Saber até que ponto os mecanismos de selecção se baseavam em critérios puramente meritocráticos é uma questão mais difícil de apurar. Que o acesso à carreira estava reservado às elites sociais, é por de mais evidente: basta ter em conta que era ínfima a percentagem da população portuguesa com acesso à universidade. Mas será que o recrutamento era feito apenas com base no mérito académico? Até que ponto não seriam também as conexões sociais dos candidatos (as chamadas «cunhas») um trunfo importante para franquear as portas das Necessidades?

⁸ V. memórias de José Noronha Gamito, *Nesciedades*, Barcelos, Civilização, 1992, 2 vols., em especial pp. 32-35 do 1.º vol.

Uma coisa é certa: os dirigentes do MNE nunca deixaram de exercer algum controlo social em relação às admissões na carreira diplomática. Mesmo os candidatos dispensados de provas, por exemplo, não escapavam à entrevista em que se aferiam a sua «vocaçã» e «aptidões pessoais»: a sua forma de estar e de vestir, o seu sotaque, etc. (aquilo que na gíria de alguns funcionários era conhecido como «a passagem de modelos»)⁹. Uma consulta superficial aos anuários permite-nos ainda identificar a existência de famílias com várias gerações de serviço na diplomacia, alguns títulos aristocráticos e uma quantidade razoável de apelidos conotados com a alta burguesia lisboeta.

A progressão na carreira assentava em critérios de mérito e antiguidade. Os funcionários prestavam provas para acederem até ao posto de ministro de 2.^a classe, as quais geralmente consistiam na apresentação de uma monografia sobre um tema à sua escolha. No entanto, a nomeação de ministros de 1.^a classe e de embaixadores permanecia uma prerrogativa do ministro dos Negócios Estrangeiros e os segundos teriam de ser aprovados em Conselho de Ministros.

Para além do recrutamento e das promoções através de concurso público, Salazar reforçou também a lógica burocrática do MNE ao instituir um regime de incompatibilidades bastante rigoroso — o desempenho de funções diplomáticas era, em regra, incompatível com outros empregos no Estado, no sector empresarial privado ou com a advocacia e a procuradoria judicial¹⁰.

A disciplina hierárquica saiu igualmente reforçada. Os diplomatas não podiam tornar públicas informações, notícias, críticas, opiniões e comentários sobre política interna e internacional sem a prévia autorização do ministro. Também não podiam casar com mulheres de nacionalidade estrangeira, o que dizia muito acerca dos preconceitos nacionalistas e misóginos do regime; os funcionários já casados em contraposição a esse artigo ficavam impedidos de exercerem funções no país de origem da mulher.

A severidade destas disposições foi compensada pela melhoria do estatuto dos diplomatas na tabela de vencimentos dos funcionários públicos (no âmbito da reforma administrativa de 1935), os quais viriam a conhecer uma recuperação significativa do seu poder de compra nas décadas seguintes. A título de exemplo, refira-se que um embaixador estava equiparado à letra A (escalão que englobava apenas os juizes do Supremo Tribunal de Justiça), um ministro de 1.^a à letra B (directores-gerais e juizes da Relação), um

⁹ Sobre estas provas, cf. o que diz José Manuel Villas-Boas nas suas memórias, *Caderno de Memórias*, Lisboa, Temas & Debates, 2003, pp. 42-44.

¹⁰ Uma orientação em linha com a filosofia de Salazar relativamente ao funcionalismo público (v. Luís Salgado de Matos, *Um «Estado de Ordens Contemporâneo» — A Organização Política Portuguesa*, Lisboa, ICS, 1999, 3 vols.).

ministro de 2.^a à letra E (governadores civis, professores universitários sem diuturnidades), os terceiros-secretários à letra N (delegados do Ministério da Justiça em início de carreira, professores do ensino técnico-profissional)¹¹. A isto devem ainda acrescentar-se os subsídios e abonos que os funcionários colocados no estrangeiro auferiam: subsídios de instalação, despesas de representação e viagem, os quais variavam em função do custo de vida do país em que estavam acreditados. Os lugares de topo do corpo diplomático encontravam-se, assim, entre os mais bem remunerados da função pública, sendo apenas ultrapassados pelos dos militares depois da reforma dos vencimentos das forças armadas de Janeiro de 1938.

Todavia, não parece que as gratificações materiais tenham constituído o principal engodo da carreira diplomática: quem conhece os arquivos do MNE está bem familiarizado com as frequentes queixas dos diplomatas portugueses acerca do «miserabilismo» das ajudas de custo ou da falta de condições de algumas legações e consulados. A isto juntava-se um regime de incompatibilidades porventura mais apertado do que o de outros funcionários e, a partir dos anos 60, uma deterioração dos salários da função pública em relação aos vencimentos do sector privado¹². Esta situação fazia com que alguns funcionários optassem, num dado momento das suas carreiras, por pedirem uma licença de serviço com vista a aceitarem um emprego mais bem remunerado. O governo de Salazar procurava também, sempre que possível, recompensar alguns funcionários mais categorizados com a nomeação para conselhos de administração de empresas em que o Estado estivesse representado (como o Caminho de Ferro de Benguela ou a Companhia dos Diamantes de Angola, por exemplo).

Os principais atractivos da carreira diplomática seriam, pois, de uma natureza não exactamente material: a diplomacia oferecia aos indivíduos a possibilidade de uma vida mais cosmopolita, o acesso (ou a ilusão de acesso) aos centros de decisão da política internacional e, finalmente, uma variedade apreciável de experiências mundanas.

Até ao 25 de Abril, o MNE conheceria ainda uma segunda lei orgânica, desta feita elaborada por uma outra figura carismática das Necessidades: Alberto Franco Nogueira, ministro dos Estrangeiros entre 1961 e 1969, confidente de Salazar e, depois, seu biógrafo. Educado na escola de Teixeira

¹¹ Decreto-Lei n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935. A evolução da posição dos diplomatas na escala de vencimentos da função pública pode ser acompanhada através dos Decretos-Leis n.º 42 046 (23 de Dezembro de 1958), 47 137 (5 de Agosto de 1966), 49 410 (24 de Novembro de 1969) e 76/73 (1 de Março de 1973). Embaixadores, ministros de 1.^a e de 2.^a estiveram sempre equiparados às letras A, B e E, respectivamente, da escala de vencimentos dos funcionários do Estado.

¹² Luís Salgado de Matos, *op. cit.*, pp. 522-523.

de Sampaio, Nogueira possuía não apenas os instintos autoritários e disciplinadores do antigo secretário-geral, mas também um apurado «espírito de corpo». A sua reforma, aprovada em Dezembro de 1966, foi sobretudo inovadora a nível da organização dos serviços (adopção do critério geográfico, conducente a uma maior especialização na abordagem dos problemas) e da centralização no MNE de uma série de actividades internacionais até então desenvolvidas por outros ministérios¹³. No que concerne à carreira diplomática, as suas principais novidades residiram na eliminação da cláusula que impedia o casamento entre diplomatas portugueses e cidadãs estrangeiras (o acesso à carreira, porém, continuava vedado às mulheres portuguesas). O regime de incompatibilidades e os critérios de progressão na carreira mantinham-se sensivelmente os mesmos, mas havia já uma maior abertura no tocante às licenciaturas admitidas para ingresso nos quadros do Ministério: podiam agora concorrer os licenciados no ISCSPU e os diplomados em escolas superiores estrangeiras reconhecidas pelo Ministério da Educação Nacional. Franco Nogueira conseguiu que durante o seu consulado as nomeações de «embaixadores políticos» cessassem por completo, mas aquando da elaboração da nova lei orgânica Salazar recusou-se a prescindir dessa possibilidade¹⁴.

PERFIL SÓCIO-POLÍTICO: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Com base nos dados recolhidos, tentaremos agora ensaiar uma caracterização sócio-política dos 187 diplomatas que entre 1926 e 1974 alcançaram o escalão que lhes permitia chefiar uma missão diplomática (e se encontravam no activo).

Relativamente ao local de nascimento (e referindo apenas os valores que nos foi possível apurar, já que, do total, 17,6% são desconhecidos¹⁵), e numa arrumação por distritos, os dados recolhidos apontam para um claro domínio dos indivíduos oriundos de Lisboa (40%), seguido do Porto (12%), Guarda (5%), Viseu (5%), vários distritos com números pouco expressivos e, depois, 4% das colónias e 5% nascidos no estrangeiro.

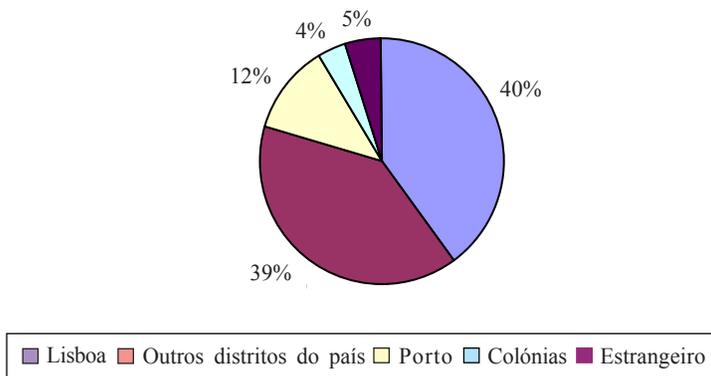
¹³ Franco Nogueira explica a filosofia subjacente a essa reorganização em «Portugal. The ministry for Foreign Affairs», in Zara Steiner (ed.), *The Times Survey of Foreign Ministries of the World*, Londres, Times Books, 1982, pp. 415-417.

¹⁴ Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se. Diário 1960-1968*, Porto, Civilização, 1987, 3.^a ed., p. 201.

¹⁵ Até 1930, as biografias dos diplomatas listados nos anuários do MNE são bastantes incompletas, omitindo muitas vezes dados tão elementares como a data e o local de nascimento ou as habilitações literárias.

Nascimento

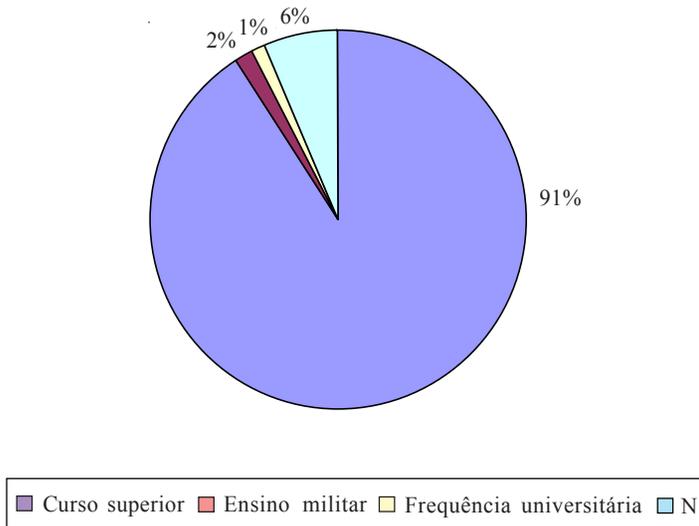
[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: *Anuário Diplomático e Consular do MNE, 1926-1973.*

Habilitações

[GRÁFICO N.º 2]

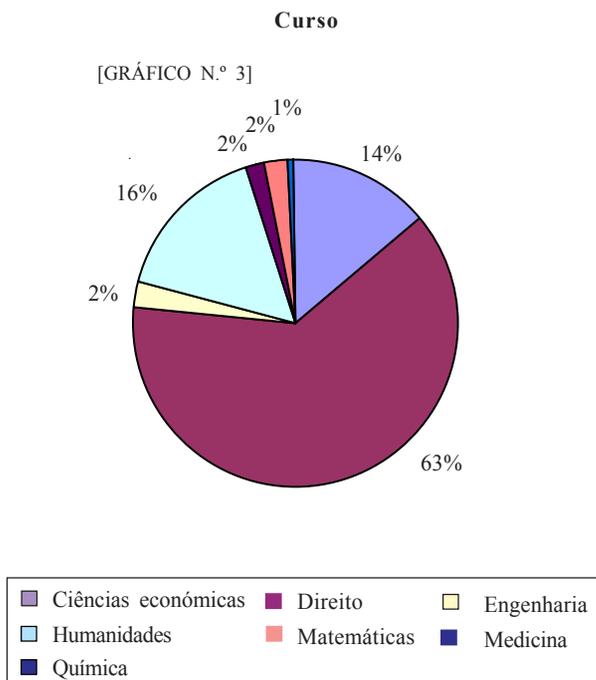


Fonte: *Anuário Diplomático e Consular do MNE, 1926-1973.*

A nível das habilitações temos 91% (170) com cursos superiores, 2% (3) com cursos superiores militares e 1% (2) com frequência universitária (um

deles era o jornalista António Ferro). Apenas 6% (11) não possuíam habilitações superiores.

Daqueles acerca dos quais possuímos dados precisos, ou seja, 162, 151 (93%) haviam efectuado os estudos em Portugal, 9 (6%) no estrangeiro e 2 (1%) numa universidade portuguesa e estrangeira.



Fonte: *Anuário Diplomático e Consular do MNE, 1926-1973.*

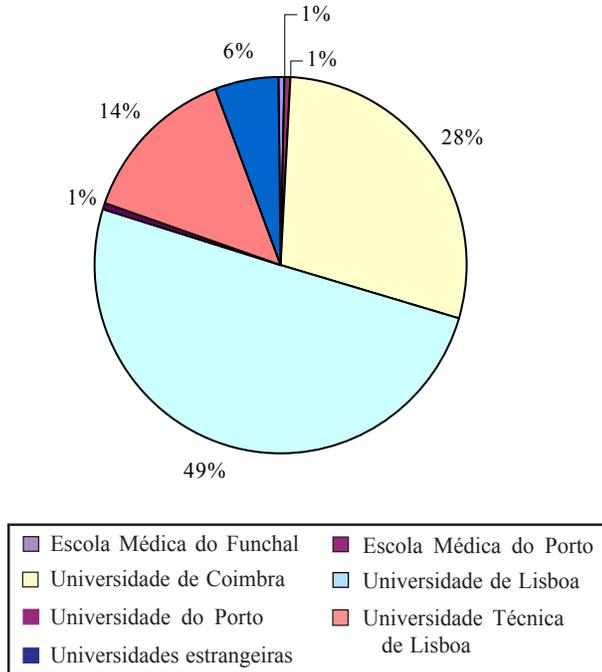
Na variável dos cursos, Direito aparece em lugar destacado, com 63%, seguido a larga distância das Humanidades, com 16%, e das Ciências Económicas, com 14%. Os restantes cursos representados, com valores puramente residuais, eram Engenharia, Química, Matemática e Medicina.

Em relação aos estabelecimentos frequentados, a maioria graduara-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (38%), seguida da Faculdade de Direito de Coimbra (21%), do ISCEF (13%), da Faculdade de Letras de Lisboa (9%) e da Faculdade de Letras de Coimbra (5%). O predomínio de Lisboa começou a acentuar-se apenas a partir da década de 40, quando a Faculdade de Direito suplantou definitivamente a sua rival de Coimbra como o principal «viveiro» das elites administrativas portuguesas. Os indivíduos

formados no ISCEF ingressaram no MNE sobretudo nas décadas de 30 e 40: a partir de finais da década de 50, os salários do sector privado tornaram-se mais atraentes para os economistas, que, de resto, também passaram a ser mais solicitados por outros departamentos ministeriais e organismos públicos.

Universidade

[GRÁFICO N.º 4]



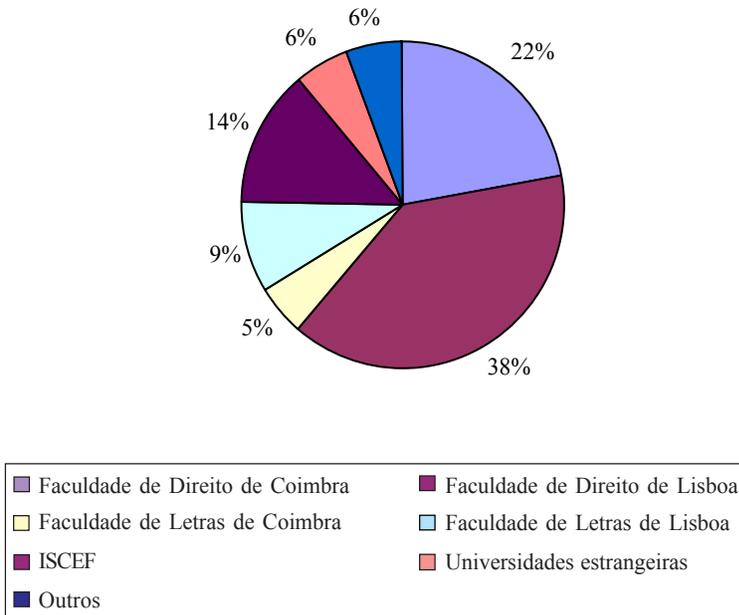
Fonte: *Anuário Diplomático e Consular do MNE, 1926-1973.*

As fontes a que recorremos são parcas em informações relativas à origem sócio-económica dos funcionários. Para formar uma opinião mais exacta, só mesmo empreendendo uma investigação aprofundada para cada um deles, possivelmente com recurso a arquivos e papéis familiares. Assim sendo, temos apenas a informação que nos é fornecida pelo próprio apelido familiar — alguns deles quase falam por si (os apelidos hifenizados e com duplas consoantes abundam) — e, ocasionalmente, a indicação de um título de nobreza. Constatámos apenas a presença de 6 titulares: o 5.º duque de Palmela, os condes de Tovar, Sampaio e Marténs Ferrão e os viscondes de

Alte e de Riba Tâmega. Havia também indivíduos descendentes da nobreza titulada (o caso de Teixeira de Sampaio, filho da 2.^a viscondessa do Cartaxo, por exemplo) ou da pequena nobreza rural (casos dos irmãos Sousa Mendes, que recuperaram o apelido fidalgo de Amaral e Abranches após o 28 de Maio), mas, de uma forma geral, não parece que esse *pedigree* tenha constituído um factor decisivo para triunfar na vida diplomática.

Local de estudo

[GRÁFICO N.º 5]



Fonte: *Anuário Diplomático e Consular do MNE, 1926-1973.*

Em suma, se quiséssemos fazer um retrato-tipo do diplomata português durante a fase em que o regime de Salazar se encontrava já consolidado, chegávamos mais ou menos a este perfil: homem, lisboeta, licenciado em Direito pela FDL e oriundo dos estratos sociais médios e superiores. Uma carreira tipicamente bem sucedida desenrolava-se de acordo com as seguintes etapas: ingresso no MNE por volta dos 23-25 anos, nomeação para conselheiro de embaixada por volta dos 35 anos, ministro de 1.^a ou embaixador aos 50-55 anos. A maioria dos funcionários, porém, não passava da categoria de ministro de 2.^a classe (posto que muitos atingiam por volta dos 45 anos de idade).

E o que podemos arriscar dizer acerca das preferências políticas dos diplomatas durante o Estado Novo? Que género de clivagens dividiam o corpo diplomático? Como se formavam os grupos e as cumplicidades no MNE? Seriam os diplomatas um corpo inteiramente despolitizado (como vários embaixadores reformados tanto gostam de referir)? Ou seriam eles um corpo ideologicamente arregimentado e incapaz de estabelecer a diferença entre o «interesse nacional» e o interesse do regime?

Como referimos mais atrás, a maioria dos funcionários do MNE parece ter acolhido com uma expectativa benévola o golpe militar do 28 de Maio e, depois, a ditadura de Salazar. Em 1926 não se verificaram demissões em bloco, como sucedeu aquando da implantação da República, nem os governos sentiram necessidade de efectuarem qualquer espécie de purgas (com as excepções dos representantes em Londres e em Paris). O sentimento de cansaço em relação à «partidarização» da diplomacia, por um lado, e a deterioração do poder de compra que os empregados do Estado conheceram em várias fases da República (com especial intensidade nos anos de 1914-1921 e 1925-1926), por outro, predisuseram os quadros do MNE a colaborar lealmente com os governos emanados da ditadura militar.

Por conseguinte, a forte continuidade entre o quadro de funcionários do período republicano e do pós-28 de Maio não deverá constituir uma surpresa. Em 1938, por exemplo, dos 152 diplomatas referidos no Anuário do MNE (incluindo alguns na disponibilidade, mas não definitivamente aposentados, e outros de licença ilimitada), 24 (15,8%) tinham ingressado durante a monarquia, 85 (55,9%) durante a República e 43 (28,3%) após o 28 de Maio. A nível dos chefes de missão, os valores eram: monarquia, 12 (34,3%); República, 18 (51,4%); pós-28 de Maio, 5 (14,3%). Um dado curioso: muitos funcionários continuavam a incluir na sua biografia a referência ao louvor recebido pelos serviços prestados à República durante o «movimento monárquico na fronteira de 1911-1912».

Assim, a «questão do regime», ou a rivalidade entre monárquicos e republicanos, não parece ter sido um separador de águas muito relevante entre membros da carreira diplomática. Houve diplomatas republicanos que mereceram a confiança dos ministros do Estado Novo e do monárquico Teixeira de Sampaio (casos de Veiga Simões, Augusto de Vasconcelos, Augusto de Castro) e houve diplomatas monárquicos que, por um motivo ou outro, caíram em desgraça perante os decisores políticos (foi o caso, por exemplo, do embaixador de Portugal em Londres, Rui Ennes Ulrich, demitido por Salazar em 1935 depois de ter oferecido um almoço nas instalações da embaixada ao príncipe D. Duarte Nuno, à revelia do Ministério)¹⁶. Como já

¹⁶ Sobre este incidente, cf. Fernando de Castro Brandão, «A demissão de Ruy Ulrich, embaixador em Londres (1935)», in *Negócios Estrangeiros*, 7, Setembro de 2004, pp. 125-137.

alguém notou¹⁷, o mais provável é que essas solidariedades de tipo horizontal não contassem tanto como as de tipo vertical, ou seja, as fidelidades pessoais e hierárquicas que se teciam entre vários funcionários. O MNE tinha (e provavelmente ainda tem) um delicado padrão de lealdades internas, cimentado por laços de família e amizade, menos visível mas talvez mais significativo do que quaisquer alinhamentos de tipo político-ideológico. O exemplo mais conhecido encontra-se na forma como Teixeira de Sampaio e o conde de Tovar conduziram o processo disciplinar instaurado a Aristides Sousa Mendes, também ele um monárquico conservador, com quem tinham velhas contas a ajustar (o irmão de Aristides, César Sousa Mendes, fora ministro dos NE em 1931 e cometera o erro de afrontar o todo-poderoso secretário-geral).

Já mais sensível parece ter sido a dicotomia anglófilos/germanófilos, que emergiu em finais da década de 30. As realizações das ditaduras fascistas nos anos 30 e os êxitos iniciais das potências do Eixo galvanizaram alguns diplomatas, especialmente os que se encontravam colocados em postos como Roma e Berlim. Em princípio, terão sido casos isolados e o seu entusiasmo traduziria mais aquela atitude típica de quem gosta de se colar ao vencedor (a mentalidade *bandwagoning*) do que uma genuína adesão aos ideais do fascismo ou do nacional-socialismo. Os nomes mais emblemáticos desta corrente seriam o conde de Tovar, Vasco de Quevedo, Lobo d'Ávila Lima, Carneiro Pacheco e Francisco Nobre Guedes (este último será talvez a exceção, já que se tratava de um admirador confesso do III Reich)¹⁸. Pela importância histórica da aliança inglesa, a pedra angular da diplomacia portuguesa desde o século XIV, a corrente anglófila foi sempre dominante no MNE, o que, todavia, não pressupunha uma adesão aos ideais democráticos dos países aliados. A anglofilia era, acima de tudo, uma «opção estratégica» alicerçada num conjunto de convicções acerca do carácter mais pacífico do império britânico, da relevância económica dos interesses britânicos em Portugal e das vantagens que o país extrairia de um alinhamento inequívoco com as potências dominantes no Atlântico. Em alguns momentos, porém, os rigores da política de neutralidade seguida por Salazar estiveram na origem de choques entre o ditador e alguns anglófilos mais fervorosos, como

¹⁷ Rui Afonso, *Injustiça*, Lisboa, Caminho, 1991, pp. 32-33. Para mais informações acerca do «caso Sousa Mendes» e do funcionamento do MNE nos anos 30 e 40, cf. também de Rui Afonso, *Um Homem Bom*, Lisboa, Caminho, 1995, e o artigo de Douglas Wheeler, «And who is my neighbour? A World War II hero or conscience for Portugal», in *Luzo-Brazilian Review*, xxvi, 1989.

¹⁸ Cf. Pedro Aires Oliveira, «O corpo diplomático durante a II Guerra Mundial», in *História*, 23-24, Agosto/Setembro de 1996, pp. 8-25.

Armindo Monteiro¹⁹, e, em 1944, a propósito da questão do volfrâmio, com o próprio Teixeira de Sampaio e o duque de Palmela (sucessor de Monteiro na embaixada de Londres)²⁰.

Entre 1961 e 1974, a política ultramarina e a construção europeia foram as questões em torno das quais se cristalizaram, sempre em surdina, as principais clivagens políticas no MNE. Por razões fáceis de adivinhar, as opiniões dissidentes acerca da mitologia colonial do regime ou das guerras africanas rareavam nos gabinetes das Necessidades. Uma vez estabelecida a conexão entre a sobrevivência do regime e a do império, a estratégia ultramarina de Salazar assumia a força de um dogma. O embaixador José Calvet de Magalhães relata assim a atmosfera prevalecente nas Necessidades nos anos 60: «Diplomatas que tentaram sugerir ou impedir a aplicação de algumas tácticas inconvenientes foram objecto de discriminações de formas variadas. O mesmo aconteceu com alguns funcionários que eram suspeitos de não concordarem com a estratégia de confrontação do governo em matéria de descolonização, ficando afastados de certas funções consideradas de maior responsabilidade política, sendo postos à margem de muitos assuntos importantes ou, simplesmente, postos ‘na prateleira’. Tudo se passava, todavia, num ambiente de secretismo, de intriga de sacristia, que nem por isso era menos agravante²¹.» Embora a política colonial do regime nunca tenha dado azo a qualquer demissão ou gesto de rebeldia nas fileiras do MNE, uma minoria de funcionários terá visto na aproximação de Portugal aos movimentos de integração europeia (EFTA, CEE) uma possível alavanca para a abertura e liberalização do regime. A chegada ao poder de Marcelo

¹⁹ Sobre Monteiro e os seus desentendimentos com Salazar, cf. Pedro Aires Oliveira, *Armindo Monteiro. Uma Biografia Política: 1896-1955*, Venda Nova, Bertrand, 2000.

²⁰ Cf. António José Telo, *Portugal na Segunda Guerra 1941-1945*, Lisboa, Vega, 1991, p. 234 (o choque de opiniões entre Salazar e a dupla Teixeira de Sampaio e Palmela nunca atingiu a gravidade do conflito com Monteiro, o qual se viu demitido pelo presidente do Conselho numa célebre troca de cartas e telegramas em 1943, na sequência do pedido britânico de facilidades nos Açores).

²¹ José Calvet de Magalhães, «À sombra do poder», in *O Mundo em Português*, 9, Junho de 2000, pp. 15-16.

Diga-se de passagem que o embaixador Calvet de Magalhães não parece ter feito parte do lote de diplomatas colocados «na prateleira» durante o Estado Novo. Na segunda metade da década de 60, na qualidade de director-geral dos Negócios Económicos, teve ocasião de se ocupar de alguns *dossiers* críticos para a política ultramarina do regime, tais como o acordo comercial com a Rodésia de Ian Smith (1965) ou as negociações para a escolha do consórcio que haveria de levar a cabo a construção da barragem de Cabora Bassa (1967-1968). Nos anos do marcelismo conduziu as negociações para a renovação do Acordo de Defesa com os Estados Unidos (1971) e foi promovido ao cargo de secretário-geral do MNE nesse mesmo ano. Sobre o percurso de Calvet de Magalhães, cf. o seu depoimento em Álvaro de Vasconcelos, *Conversas com Calvet de Magalhães. Eu opeistas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Bizâncio, 2005, e os vários artigos que evocam a sua carreira na revista *Relações Internacionais*, 8, Dezembro de 2005, pp. 93-163.

Caetano reforçou a influência desta corrente nas Necessidades, mas a indecisão que caracterizou a governação do sucessor de Salazar agudizou ainda mais o impasse em que se encontrava a política externa e ultramarina do regime.

Do outro lado estavam os «africanistas», ou seja, aqueles para quem a perda do império era geralmente equacionada em termos trágicos: sem as colónias, seria a própria soberania económica e política de Portugal que estaria comprometida, pois o país deixaria de ter capacidade de sobreviver como nação independente no contexto peninsular e europeu. Franco Nogueira era o chefe de fila e o principal ideólogo desta corrente, que, diga-se de passagem, contava com um número muito expressivo de adeptos no Palácio das Necessidades. Até praticamente ao fim do regime, os «africanistas» monopolizaram os postos-chave do MNE, bem como as embaixadas politicamente mais sensíveis (Washington, Londres, Paris, Nova Iorque/Nações Unidas, Pretória). Alguns deles envolveram-se também intimamente com as estruturas políticas do regime, casos do embaixador José Manuel Fragoso, uma das figuras que se destacaram nas comemorações dos quarenta anos da «Revolução Nacional» em 1966²², ou de Henrique Martins de Carvalho, que entre 1958 e 1962 interrompeu a sua actividade diplomática para chefiar o Ministério da Saúde.

OS DIPLOMATAS E O REGIME AUTORITÁRIO

Esta última clivagem, aliás, remete-nos para a questão de sabermos até que ponto é que os diplomatas se terão deixado instrumentalizar pelo regime, já que nos anos 60 se tornara claro que a guerra colonial constituía o principal álibi para a manutenção da ditadura.

É bem sabido que desde 1931 diversa legislação previa uma colaboração íntima entre os representantes portugueses no estrangeiro e a polícia política e que em relação a figuras da oposição portuguesa no exílio os diplomatas parecem ter sido bastante zelosos sempre que tinham instruções para lhes seguirem os passos e informarem o MNE (Humberto Delgado, Henrique Galvão, Mário Soares e os dirigentes dos movimentos independentistas das colónias portuguesas eram alguns dos alvos preferenciais dessa vigilância). Em países africanos, a colaboração entre a rede de embaixadas e consulados portugueses e a PIDE (estabelecida nas colónias na década de 50) é geralmente apontada como um dos factores dos sucessos somados por Portugal no contexto da guerra «contra-subversiva»²³.

²² Agradeço ao Pedro Leite de Faria esta informação.

²³ V., a este respeito, os livros de José Freire Antunes, *A Guerra de África*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, 2 vols., e Jorge Jardim, *Agente Secreto*, Venda Nova, Bertrand, 1996. Infelizmente, o recente trabalho de Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Lisboa, Terramar, 2004, explora pouco este assunto.

Depois do 25 de Abril, muitos diplomatas defenderam-se das acusações de cumplicidade com a ditadura alegando que se tinham limitado a «cumprir ordens» — uma justificação muito comum entre os funcionários de regimes ditatoriais.

Todavia, ao contrário do que sucedeu na Itália fascista e na Alemanha nacional-socialista, a inscrição no «partido único» nunca foi imposta pelo Estado Novo aos funcionários públicos. Não possuímos indicadores muito precisos sobre a filiação individual do pessoal diplomático na Legião Portuguesa ou na União Nacional (e depois ANP), mas o politólogo Manuel Braga da Cruz, que consultou os ficheiros da organização, apurou um número razoavelmente elevado de diplomatas filiados para o período compreendido entre 1930 e 1974: 132²⁴. Por um lado, esse número não destoa do de outros corpos de funcionários públicos, tais como os magistrados, mas é muito mais elevado, por exemplo, do que o dos professores universitários. Por outro lado, trata-se de um número que corrige a ideia, muito difundida pelos diplomatas, da «despartidarização» da carreira durante o Estado Novo, por contraste com o período republicano²⁵. Nesse sentido, a cumplicidade dos diplomatas com o regime autoritário (mais numa base voluntária do que forçada) não terá destoadado muito da tendência prevalecente noutras ditaduras europeias. Numa área tão sensível como os negócios estrangeiros seria muito difícil que um governo autoritário pudesse conviver com um corpo de funcionários suspeito de albergar instintos heterodoxos ou opiniões dissidentes²⁶. Dito isto, convém não forçar demasiado os paralelismos. Ao contrário do que sucedeu na Alemanha hitleriana, por exemplo, onde a feitura da política externa estava disseminada por outros centros de poder, para além da Wilhelmstrasse (como o *Bureau Ribbentrop* ou a *Auslandorganisation der NSDAP*), o Estado Novo nunca resvalou para esse tipo de «anarquia burocrática»²⁷. E, ao

²⁴ Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988, p. 235.

²⁵ Numa entrevista recente ao *Expresso*, Calvet de Magalhães afirma que os diplomatas inscritos na Legião eram «muito poucos» e que na União Nacional só conhecia um (cf. José Pedro Castanheira, «O senhor embaixador», in *Expresso*, 29 de Março de 2003, bem como o divertido livro de reminiscências de Calvet de Magalhães, *Diplomacia. Doce e Amarga*, Lisboa, Bizâncio, 2002).

²⁶ Aliás, esse tipo de preocupações nem sequer era apanágio exclusivo dos regimes ditatoriais. Durante a guerra fria, todos os candidatos à função pública no Reino Unido, por exemplo, estavam sujeitos a um *security check* destinado a averiguar se pertenciam (ou tinham estado recentemente ligados) ao Partido Comunista britânico ou a organizações fascistas. Por se recear que isso pudesse dar origem a chantagens, a homossexualidade era também um factor impeditivo do acesso ao serviço diplomático. Estas restrições vigoraram até 1991 (cf. John Dickie, *Inside the Foreign Office*, Londres, Chapman, 1992, p. 17).

²⁷ V. Gordon A. Craig, «The German Foreign Office from Neurath do Ribbentrop», in Gordon Craig e Felix Gilbert (eds.), *The Diplomats*, Princeton, N. J., Princeton University Press, 1994, 2.^a ed., pp. 406-436, e Kurt Dob, «The history of the German Foreign Office», in Zara Steiner, *ob. cit.*, pp. 225-255.

contrário do sucedido na Espanha franquista, onde em 1939 o governo vitorioso da guerra civil procedeu a uma purga tão extensa no Ministério dos Assuntos Exteriores que nem os porteiros escaparam²⁸, Salazar jamais sentiu necessidade de demitir funcionários em bloco. Nisto talvez se aproximasse mais da Itália fascista, onde a «domesticação» dos diplomatas de carreira do Palácio Chigi por Mussolini e Dino Grandi se processou sem grandes sobresaltos²⁹.

No entanto, e durante pelo menos duas décadas, Salazar não parece ter confiado inteiramente nas aptidões políticas dos seus ministros e embaixadores, quer dizer, na sua capacidade para defenderem com tenacidade alguns dos desígnios do regime em matéria de política externa. Até finais dos anos 50, por exemplo, Salazar recorreu com frequência a embaixadores políticos para preencher os postos mais sensíveis da diplomacia portuguesa. Os números para o período de 1930-1974 são de 25, num total de 176, o que corresponde a 14,2%. O maior número de nomeações (14) concentrou-se nas décadas de 30 a 50 (conjuntura da guerra civil de Espanha, segunda guerra mundial e primórdios da guerra fria). Salazar recrutou os seus embaixadores políticos sobretudo nos meios universitários e militares e deu a preferência a indivíduos com algum traquejo político e familiaridade com assuntos internacionais. Algumas embaixadas, como Madrid, Londres, Paris, Roma, Vaticano e o Rio de Janeiro, foram durante longos anos monopolizadas por indivíduos estranhos à carreira diplomática. Apenas na década de 60, já com uma geração de diplomatas inteiramente formada sob o Estado Novo, é que Salazar se sentiu à vontade para confiar os postos mais delicados a embaixadores de carreira e, inclusivamente, nomeá-los ministros dos Estrangeiros — casos de Marcelo Mathias (1958-1961) e Franco Nogueira (1961-1969). O seu sucessor, Marcelo Caetano, daria continuidade a essa prática, nomeando apenas um embaixador político durante o seu consulado: o ex-ministro da Educação, José Hermano Saraiva, enviado para o Brasil depois de uma gestão desastrosa da crise académica de 1969.

Avaliar o grau de envolvimento dos diplomatas de carreira nas grandes decisões do regime em matéria de política externa é algo que exigiria um exame mais aprofundado do que aquele que nos foi possível realizar³⁰. Até à sua morte, em 1945, o secretário-geral do MNE, Teixeira de Sampaio,

²⁸ Cf. Charles Halstead, «Spanish foreign policy», in James W. Cortada (ed.), *Spain in the Twentieth-Century World*, Westport, Connecticut, Greenwood Press, 1980, p. 61.

²⁹ Sobre a diplomacia do fascismo italiano até à «era Ciano», cf. H. Stuart Hughes, «The early diplomacy of Italian fascism: 1922-1932», in Gordon Craig e Félix Gilbert, pp. 210-233

³⁰ Agradeço a António Costa Pinto o facto de me ter chamado a atenção para este ponto durante a exposição oral desta comunicação no II Colóquio de História Social das Elites do ICS.

gozou sempre de grande audiência junto do presidente do Conselho, e o mesmo sucederia depois com Marcelo Mathias e Franco Nogueira. Todavia, ao contrário do que sucedia noutros ministérios dos negócios estrangeiros europeus, como, por exemplo, o Foreign Office britânico, onde a formulação das políticas obedecia a um elaborado processo de consultas entre as várias secções até se chegar à instância suprema de decisão política (o Conselho de Ministros), o MNE nunca desenvolveu nada que se assemelhasse a essa cultura burocrática de debate de pontos de vista entre funcionários de departamentos especializados.

Tudo isto tendia a conferir um elevado grau de personalização à direcção da política externa durante o Estado Novo, até porque Salazar era um governante conhecido pelos seus instintos centralizadores (no que se afastava do estilo de liderança do general Franco, que depois de 1945 tendia a reservar para si apenas as decisões políticas de grande alcance)³¹. A consulta bilateral junto de homens da sua confiança pessoal e, ocasionalmente, a discussão em Conselho de Ministros ou em Conselho de Estado eram os métodos de trabalho cultivados pelo ditador (e, até certo ponto, também pelo seu sucessor, Marcelo Caetano). Apenas quando algumas opções de fundo estiveram em jogo é que a política externa se tornou objecto de debate naqueles dois órgãos. Foram os casos da adesão à NATO (1949), da decisão de resistir em Goa (1954 e 1956), da apresentação do pedido de negociações ao mercado comum (1962) ou da construção da barragem de Cabora Bassa (1967-1968). Mas decisões tão significativas quanto a proclamação da neutralidade portuguesa em 1939, a concessão de facilidades militares à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos nos Açores no decurso da segunda guerra mundial ou a participação portuguesa nas negociações que conduziram à formação da EFTA em 1959, por exemplo, dispensaram qualquer tipo de consulta ou deliberação colegial.

Assim sendo, sempre que os diplomatas aspiravam a uma intervenção mais activa na formulação da política externa, viam-se obrigados a recorrer a métodos mais ou menos furtivos, como sucedeu com a «corrente europeísta» do MNE durante os anos 60 e 70, que para fazer vingar alguns dos seus objectivos teve de se apoiar nos ministros das áreas económicas, de perfil mais tecnocrático (casos de Gonçalo Correia de Oliveira e João Dias Rosas, por exemplo).

CONCLUSÕES E QUESTÕES EM ABERTO

Quais as conclusões que podemos extrair deste (ainda impressivo) retrato da elite diplomática portuguesa entre 1926 e 1974?

³¹ Sobre o estilo de liderança de Franco após a segunda guerra mundial, cf., entre outros, Charles Halstead, *ob. cit.*, e a biografia de Paul Preston, *Franco*, Londres, Harper Collins, 1993.

Em primeiro lugar, é de assinalar a forte continuidade entre a composição da carreira diplomática entre os anos finais da I República e o Estado Novo — facto que se explica pela aparentemente fácil adaptação dos quadros do MNE à nova situação política estabelecida após o 28 de Maio. Em segundo lugar, importa realçar a forte componente elitista do recrutamento dos funcionários do MNE, situação que não podia senão ser reforçada pelas características dos exames de admissão (reservados apenas a indivíduos licenciados). Ao longo de todo este período, a carreira diplomática permaneceu sempre uma coutada das classes média e alta da sociedade portuguesa (praticamente as únicas que podiam enviar os filhos para a universidade). Todavia, só um estudo mais aprofundado permitirá apurar se a velha tradição dos tempos da monarquia de formação de dinastias familiares no MNE foi ou não retomada durante o Estado Novo (há alguns indícios nesse sentido). Em terceiro lugar, registe-se a preocupação demonstrada pelo regime autoritário no sentido de conciliar os critérios de selecção meritocráticos herdados da República com alguns mecanismos de selecção político-ideológica (definidos sobretudo na legislação referente ao estatuto da função pública, e não tanto nas leis e regulamentos do MNE).

Não obstante o que foi dito acerca da «docilidade» política dos diplomatas, seria importante investigar mais a fundo o relacionamento da «carreira» com as estruturas e organizações do Estado Novo. Um levantamento dos inquéritos e processos disciplinares instaurados aos funcionários do MNE, bem como o apuramento das datas em que tiveram lugar as 132 filiações na União Nacional, proporcionar-nos-ia um indicador valioso em relação ao acomodamento do pessoal diplomático ao regime de Salazar e Caetano. Um estudo mais exaustivo das modalidades de cooperação entre o MNE e a PIDE ajudar-nos-ia a esclarecer até que ponto o *ethos* aristocrático da «carreira» terá sido capaz de resistir às imposições típicas de um Estado policial.

Finalmente, a caracterização do pessoal diplomático sob o Estado Novo só ficará completa se for possível ampliar a base empírica que utilizamos para este estudo, de modo a abranger não apenas a «nata» do corpo diplomático, mas todos os indivíduos que ingressaram no MNE até ao início dos anos 70. O recurso a outro tipo de fontes primárias, como os processos dos funcionários (muitos deles ainda vedados à consulta) ou os arquivos privados, poderá também lançar alguma luz sobre certos percursos individuais e ajudar-nos a compreender melhor as dinâmicas e rivalidades internas no Palácio das Necessidades.